

Argentina com dois objetivos

HUGO MARTINEZ
Nosso correspondente

BUENOS AIRES — O ministro da Economia, Bernardo Grinspún, anunciou, ontem, que nos próximos dias o governo argentino divulgará um plano econômico de médio prazo, destinado a cumprir dois objetivos básicos: aproximar as posições da Argentina e do Fundo Monetário Internacional na questão relacionada com a renegociação da dívida externa, e frear o processo inflacionário, o qual vem atingindo índices alarmantes.

As diferenças entre as propostas do governo de Raul Alfonsín e dos técnicos do FMI não são impossíveis de ser superadas, mas representam um entrave significativo ao desenvolvimento das negociações, afirmou ao Estado um integrante da equipe de Enrique García Vazquez, presidente do Banco Central. Toda a discussão gira em torno da magnitude do déficit fiscal, uma vez que, quanto maior for, menor será o volume de economia interna com que o país poderá contar para honrar seus compromissos externos.

Ninguém — segundo o assessor de Vazquez — quer pagar o custo político de um ajuste recessivo. O problema é que alguma coisa o governo terá de fazer, pois na próxima data-limite para o pagamento de débitos externos —

30 de setembro — a Argentina precisará dispor de US\$800 milhões referentes a juros. E desta vez não poderá contar com recursos próprios, já que suas reservas internacionais, atualmente, são de apenas US\$ 1,2 bilhão.

Ontem, especialistas econômicos especulavam sobre a possibilidade de criação de um novo sistema destinado a regulamentar os investimentos em moeda estrangeira, o qual teria a garantia do Banco Central e cujo objetivo seria atrair o grande volume de recursos que os argentinos têm depositados em bancos no Exterior. Segundo o presidente do Banco Central, esses recursos são de aproximadamente US\$ 25 bilhões. E estimativas feitas pelo setor privado indicam a existência de US\$2 bilhões girando no mercado paralelo do país.

INFLAÇÃO

No que se refere à política inflacionária, o governo tem dado sinais de que está disposto a controlar a alta desenfreada de preços, afirmou o economista Pedro Pou, ligado à União de Centro Democrático, de tendência conservadora. "Não podia ser de outra maneira, diante dos níveis de inflação que estamos suportando", afirmou, lembrando que em junho a taxa foi de 17,9%, o que elevou o índice acumulado do ano para 158,9% e dos últimos 12 meses para a assombrosa marca de 580,2%.